

## DA EXPANSÃO DO TEXTO AO ESTUDO DA CULTURA: A PROPOSTA DE UMBERTO ECO\*

Humberto Ivan Keske\*\*

---

**Resumo:** O presente texto visa a refletir sobre algumas das noções cruciais da obra de Umberto Eco (1932), tais como signo, produção de sentido e significado, aplicadas ao estudo das múltiplas formas do *fazer cultural* posto em circulação pelas atuais mídias. Tais reflexões problematizam o *ethos comunicacional* como um *espaço sógnico* complexo em que os sistemas significantes, além de interagirem entre si, passam a compor/estruturar o espaço social e cultural circundante, essencialmente poroso em sua construção coletiva.

**Palavras-chaves:** Comunicação. Interpretação. Semiótica da cultura. Sentido. Significado.

**Abstract:** The present text aims at reflecting on some of the crucial notions of the work of Umberto Eco (1932), such as sign, production of signification and meaning, applied to the study of the multiple forms of making culture that are on the current media. Such reflections problematize the communicational ethos as a complex sign space where the significant systems, besides interacting among themselves, start to compose/structuralize surrounding social and cultural space, essentially open in its collective construction.

**Key words:** Communication. Interpretation. Semiotics culture. Meaning. Signification.

---

\* Trabalho apresentado no GT 11 – Discurso y Comunicación – VIII Congresso Latino-Americano de Investigadores da Comunicação – ALAIC – realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, entre os dias 19 a 21 de julho de 2006.

\*\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor do Centro Universitário FEEVALE.

## 1 INTRODUÇÃO: DA DIFÍCIL TAREFA DE INTERPRETAR O SIGNO

Longo é o estudo do signo. Caso fôssemos remontar a alguma espécie de arqueologia, resgatando o panorama histórico, político, social e cultural, certamente a origem dessas investigações sobre o signo, o sentido e a significação coincidem com o nascimento da própria filosofia na Antigüidade clássica. Segundo alguns historiadores da filosofia, o período que lhes serve de marco localiza-se entre o final de século VII a.C. e início do século VI a.C., nas colônias gregas da Ásia Menor (particularmente as que formavam uma região denominada Jônia), na cidade de Mileto, tendo como primeiro filósofo o jovem Tales de Mileto (Chauí, 1994). Precursores de uma teoria do signo e, portanto, semioticistas *avant la lettre*, Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), Platão (427 a.C.-347 a.C.) e, posteriormente, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), só para citar três dos representantes mais ilustres do conhecimento grego antigo, já se preocupavam com noções sógnicas.

Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), por exemplo, discordando dos filósofos sofistas que ensinavam técnicas de persuasão para os jovens, “que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois, a posição ou opinião contrária, não-A, de modo que, numa Assembléia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem uma discussão” (Chauí, 1994, p.37), propunha *conhecer a si mesmo* e a Natureza, antes de querer persuadir aos outros. Ao andar pelas ruas e praças de Atenas, pelos mercados, pela Assembléia, perguntando aos outros o que estavam dizendo; se acreditavam no que estavam dizendo; se conheciam a Justiça; se sabiam o que era a Beleza, a Amizade, Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) questionava a população grega sobre seus mais importantes valores, crenças e idéias, deixando embaraçados, irritados ou pensativos seus interlocutores.

Já naquela época, procurava a *essência verdadeira* da coisa; da idéia; do valor. Ao procurar o “conceito e não a mera opinião que temos das coisas, das idéias ou dos valores” (Chauí, 1994, p.38), outro aspecto não trazia à tona senão o da *tensão* entre um *sentido* originalmente concebido e a interpretação desse sentido à luz de uma determinada *atualização* feita por seus leitores/sujeitos/receptores, chamada, tempos depois, de *significação*. Platão (427 a.C.-347 a.C.), discípulo de Sócrates (469 a.C.-399 a.C.), repensa, no célebre *O mito da caverna*, a questão da *representação* do nome, das idéias e das coisas. Nossas opiniões, os conceitos que temos sobre as coisas, as percepções sensoriais ou *imagens* das coisas levam ao erro, à mentira e à falsidade, uma vez que se constituem em formas imperfeitas do conhecimento que nunca alcançam a verdade plena da realidade. Platão (427 a.C.-347 a.C.) tratou de vários aspectos da teoria dos signos, redefinindo a noção de signo verbal e ampliando a idéia de significação, além de contribuir com idéias críticas para a teoria da escritura:

[...] o modelo platônico do signo tem uma estrutura triádica, na qual é possível distinguir os três componentes do signo: o nome (*ónoma, nómos*); a noção ou idéia (*eídos, lógos, díanôema*); a coisa (*prágma, ousía*) à qual o signo se refere. Idéias, para Platão, são entidades objetivas que não só existem na nossa mente, como também possuem realidade numa esfera espiritual além do indivíduo (Nöth, 1998, p.27-28).

Discípulo de Platão (427 a.C.-347 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), por seu turno, “recria”, digamos assim, a própria história da filosofia. No *período sistemático*, que vai do final do século IV a.C. ao final do século III a.C.,

[...] a Filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado sobre a cosmologia e a antropologia, interessando-se sobretudo em mostrar que tudo pode ser objeto de conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência (Chauí, 1994, p.34).

Criador da lógica como instrumento de conhecimento em qualquer campo do saber, a vida e a obra do filósofo de Estagira estarão marcadas por uma dupla vinculação: de um lado, seu amor pela arte e cultura helênicas; de outro, pela aventura política, cuja destacada atuação constituirá um traço fundamental de seu pensamento, razão pela qual desenvolve profícuas investigações na arte da Retórica. A *arte da argumentação* ou *retórica* estabelecia três pólos vetoriais básicos de um determinado processo comunicacional: locutor, discurso e ouvinte. Preocupado em estabelecer as bases desta nova concepção de *prática política*, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) demonstra a necessidade da existência de um *emissor do discurso*, cujo objetivo é *persuadir* seu interlocutor por meio das idéias que defende; do *próprio discurso*, local em que os argumentos, muitas vezes falaciosos, resultam na adesão do ouvinte a uma determinada proposta; e do *ouvinte*, que analisa o referido discurso, aceita-o ou critica-o, dando-lhe determinada réplica, também na forma retórica.

Em seu outro livro, *Sobre a interpretação*, já refletia acerca dos elementos constituintes de um discurso, os termos expressivos da linguagem e noções como *topos*, signo, sentido, significação, juízo de valores, proposição, argumentação e raciocínio formal, chamado de *silogismo*. Inclusive,

Aristóteles começou a traçar uma distinção entre signo incerto (*semeíon*) e o certo (*tekmérion*) e discutiu a teoria dos signos no âmbito da lógica e da retórica. Em geral, definiu o signo como uma relação de implicação: se (q) implica (p), (q) atua como signo de (p) (Nöth, 1998, p. 29).

Em linhas gerais, e a partir de uma outra matriz teórica, concebida séculos depois, Umberto Eco estabelece como

[...] signo tudo aquilo que pode ser tomado como substituindo significativamente outra coisa. Esta outra coisa não precisa necessariamente existir ou estar realmente em algum lugar no momento em que um signo o representa. Assim, a semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado com o objetivo de mentir (Nöth, 1999, p. 169).

Talvez esboçado o plano geral da noção de signo para Eco (1986), tendo como meta o estudo das *mentiras que parecem verdades*, o *sentido* de um texto, para o autor, relaciona-se com a *intenção primeira* que esse texto torna explícita. Trata-se do primeiro plano ou *manifestação linear* que contém, presentificado, justamente, seu *sentido literal*; aquilo a que se refere o texto. Em outras palavras, podemos ampliar nosso horizonte interpretativo *ad infinitum*, mas não temos como *fugir/fingir* que a capa de *Chapeuzinho Vermelho* é de qualquer outra cor que não aquela *inicialmente* referida pelo *próprio texto*. Longe de gerar qualquer tipo de ambigüidade a que este termo *sentido literal* possa remeter, em razão das especificidades de alguns elementos advindos da filosofia, da lingüística ou do discurso literário, Eco (2000) assume como *sentido literal* de um texto o *sentido mínimo* expresso por esse texto. Tal perspectiva ancora, desde sempre, a infinidade de possibilidades interpretativas à *intenção do texto*.

Temos, assim, dentre os vários aspectos que um determinado texto pode significar, aqueles que são *relevantes* para uma interpretação coerente e aqueles que são *marginais* ou que constituem elementos incapazes de sustentar uma leitura satisfatória e adequada, com um coeficiente mínimo de bom-senso. Como os graus de certeza e incerteza que caracterizam uma interpretação considerada satisfatória são muito tênues e relativos, Eco (2000) fixa esta decisão justamente no *sentido literal*, que além de descartar interpretações reconhecidamente malsucedidas, leva em consideração a tradição das interpretações anteriores, que também servem como patamar de análise consistente. Neste caso, “mais do que um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação, o texto é um objeto que a interpretação constrói no decorrer do esforço circular de validar-se com base no que acaba sendo o seu resultado” (Eco, 2001, p.75-76).

Por outro lado, a *significação*<sup>1</sup> de um texto “abre-se” à atualização de seus leitores/sujeitos/receptores, não podendo ser “controlada” nem pela intenção do autor, tampouco pelo possível contexto de “origem”, seja ele histórico, social, cultural ou político. A significação, *mutante por definição*, parte, na verdade, de uma série de *jogos abduativos* produzidos por seus diferentes interlocutores, que assumem “o valor”, “o conteúdo”, “a natureza” dessa significação, ou “aquilo que o texto *quer dizer*” segundo a época em que se encontram. Tais *encontros e desencontros de possibilidades* são abastecidos em uma

---

<sup>1</sup> As diferenças entre *sentido* e *significação*, aqui brevemente esboçadas, não representam consenso entre alguns autores e determinadas matrizes teóricas. Entretanto, permitem-nos certas aproximações. Compagnon (2003, p. 86), por exemplo, estabelece que o *sentido* designa aquilo que permanece *estável* na recepção de um texto. Ele responde a questão: *O que quer dizer esse texto?* Tal posicionamento vem ao encontro do que Umberto Eco (2000) estabelece como *sentido mínimo*, que termina por impor limite ao processo interpretativo. Por outro lado, a *significação* para Compagnon (2003, p. 86) designa aquilo que é *mutável* na recepção de um texto. Ela responde a questão: *Que valor tem esse texto?* Nessa perspectiva, enquanto o sentido relaciona-se à interpretação de um texto, a significação é o objeto da aplicação do texto ao contexto de sua recepção e, portanto, de sua *avaliação*, a ser atualizada pelos leitores de dado processo comunicacional.

determinada *competência enciclopédica*<sup>2</sup>, no dizer de Umberto Eco (1986), que estabelecerá relações entre uma observação primeira, indicial, e um possível “destino” interpretativo, para o qual concorrem determinadas estratégias de leitura em detrimento de outras. Nesta perspectiva, todo o texto, entendido enquanto *tessitura* de fios, pontos e nós de sentido, transforma-se sempre em um *processo abduativo* remetendo a uma tensão entre um contexto “original” de enunciação e um contexto “atual” de recepção, estando a intenção do autor irremediavelmente perdida.

À tarefa da interpretação e à exigência de compreensão da própria hermenêutica<sup>3</sup> nascida impõe-se a necessidade de sobrevivência da *intentio operis*. Remetendo-nos novamente a Umberto Eco (1986), ainda que um texto possa estimular número infinito de interpretações que coabitem o espaço intermediário entre a *intenção do autor* e a *intenção do leitor*, que poderia reivindicar seus direitos à livre expressão interpretativa, existe a *intenção do texto*, que representa *restrição* à atividade desenfreada do leitor de interpretar ou melhor “superinterpretar” um texto *ad infinitum*. Dito de outro modo, “a infinidade das interpretações não pode fazer de um texto um puro pretexto para o jogo dos nossos investimentos e de nossos impulsos” (1984, p. 98).

Além do mais, o autor ainda aponta a distinção entre “interpretar” e “usar” um texto. Desse modo, a partir das alternativas colocadas, temos na *interpretação* de um texto a opção de leitura cujo objetivo é buscar a *estratégia textual* que lhe constituiu internamente, respeitando os diferentes contextos culturais, espaço-temporais e lingüísticos em que foi atualizado. Esse pressuposto leva em conta o complexo jogo de *interações* entre a enciclopédia do leitor, as convenções sociais e a história das interpretações precedentes, dentro de um contexto específico, que acabam permeando o texto que o leitor está lendo. Caso optarmos por *usar* aleatoriamente um texto, estamos transformando-o em um objeto qualquer, que se presta a uma finalidade estritamente pessoal, para a qual não foi explicitamente concebido, sobre o que não nos interessa discorrermos neste momento. Conforme o autor coloca que,

---

<sup>2</sup> Eco (1986) entende a competência enciclopédica como uma *competência plural*, constituída pela convergência de inúmeros fatores cognoscentes associados entre si e necessários para a decodificação dos diferentes sistemas intertextuais que envolvem o processo comunicativo. Está presente como articuladora e mediadora entre os dois pólos da relação comunicacional, armazenada culturalmente sob a forma, justamente, de um *conhecimento enciclopédico*. Longe de produzir uma transmissão da informação de sentido unívoco, a heterogeneidade de fatores envolvidos no entendimento entre emissores e receptores traz à tona complexos *jogos interpretativos*, que ora se antagonizam, ora se complementam, ora se harmonizam na produção de uma determinada significação.

<sup>3</sup> A hermenêutica é entendida aqui como a *teoria da arte de interpretar*. Imprevisível e dinâmica, enquanto instância da criação humana, mas científica e sistemática, enquanto método geral de interpretação. A hermenêutica caracteriza-se pelo constante *jogo interpretativo* e tem a qualidade de penetrar na essência das expressões textuais, artísticas e culturais, decifrando-lhe os mistérios, as sutilezas, as armadilhas. Nestes termos, a hermenêutica é capaz de fazer dialogar, interagir e interseccionar aspectos conceituais opostos e similares; dissonantes e concordantes; contraditórios e harmoniosos entre si. Dando ênfase às inter-relações entre os processos interpretativos em constante transformação, a doutrina hermenêutica, enquanto instrumental analítico-metodológico, diferencia-se do referencial que é proposto pela dialética, como método da divisão (conceito formulado por Platão), ou como síntese dos opostos (termo principalmente idealizado por Hegel).

[...] um texto outra coisa não é senão a estratégia que constitui o universo das suas interpretações legítimas – se não ‘legítimas’. Qualquer outra decisão de usar livremente um texto corresponde à decisão de ampliar o universo do discurso. A dinâmica da semiótica ilimitada não o veda, e até chega a encorajá-lo. Mas cumpre saber se queremos exercitar a semiótica ou interpretar um texto (Eco, 2000, p. 44).

Entretanto, o problema que aqui se coloca não é tanto o de descobrir a intenção do leitor, em meio às multiplicidades interpretativas que a ele se apresentam, mas sim o de definir qual a *intenção do texto*, que se completa por meio da *cooperação ativa do leitor*, que se propõe a atualizá-lo conforme previsto. O processo interpretativo em produção está localizado no *espaço de intersecção* entre esses dois eixos de força, e não pode ser enfocado e analisado somente em um dos pólos interativos. É um movimento inferencial circular, uma vez que é o próprio texto quem produz *seu* leitor-modelo, capacitando-o a desenvolver *uma* ou *várias* conjecturas interpretativas, a partir de bases ou matrizes por ele fornecidas. Neste caso,

[...] a intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido de carta roubada. É preciso querer ‘vê-la’. Assim, é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor. A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjectura sobre a intenção do texto (Eco, 2001, p. 75).

Especialmente de Umberto Eco, recuperamos aqueles aportes que dizem respeito ao modelo teórico por ele proposto, chamado de semiótico-textual, apresentado em *Lector in fabula* (1986), no qual o autor procura explicar a complexidade envolvida no processo comunicacional a partir de níveis e subníveis interpretativos. Ao nosso ver, também se faz necessária breve revisão bibliográfica, como dito inicialmente, com vistas a contextualizar o montante de sua obra e localizar o fragmento teórico a ser trabalhado. A partir de então, assumimos postura reflexiva em relação a alguns postulados da sua teoria semiótica, principalmente quanto aos aspectos que envolvem as críticas ao estruturalismo de matriz saussureana.

## 2 DA TEORIA DA MENTIRA AO ESTUDO DA CULTURA

Desde os anos setenta, época de explosão de grandes obras de Umberto Eco, especialmente o *Tratado geral de semiótica*, vem se discutindo o que se convencionou chamar de “limiar”, “limite” ou “soleira” semióticos. O jogo de similitudes procura expressar a *instância de análise* que a semiótica seria capaz de abranger. Nesses termos, estaríamos falando de um *campo de saber* enclausurado em classificações científicas ou em uma *área de conhecimento*, nos moldes da filosofia, que assume para si a maternidade de análise dos fenômenos do mundo? A discussão que se apresenta, evidentemente, está colocada e requer

aprofundamento, o que extrapola o escopo deste texto. De qualquer forma, as denominações vêm se alterando no decorrer das décadas, bem como se transformam os diferentes elementos que se prestam à análise semiótica, sejam eles textos, em sua expressão plena, artefatos culturais, tais como filmes, exposições de arte, comerciais publicitários, ou fenômenos de massa, com seus diferentes modismos de cor, consumo, vestiário, etc.

A análise de textos, sob os auspícios da lingüística de vertente saussureana, por volta dos anos 60, dava conta das questões da narrativa, da poesia, da prosa, do discurso verbal, enfim, do “texto de papel”. São dessa época os valiosos trabalhos de Hjelmslev, Jakobson, Benveniste e suas preocupações sobre a enunciação no discurso. Seguindo neste pequeno resgate histórico teríamos o brilho deixado por Barthes à semiótica estruturalista e, posteriormente, as contribuições de Morris e a sua “tipologia” semiótica do discurso, seguido pelo projeto semiótico de Greimas e suas preocupações com a sintaxe narrativa do discurso. Umberto Eco, também apreciador da fonte estruturalista em uma primeira fase, encaixa-se nessa perspectiva, especialmente quando reflete sobre uma semiótica da literatura, que, desde *Obra aberta* (1968), já se preocupava com a infinidade de possibilidades interpretativas presentes em um texto, discussão que seria posteriormente aprofundada em *Lector in fábula* (1986) e coroada de êxito em *Os limites da interpretação* (2000).

Com a expansão acelerada dos Meios de Comunicação de Massa, os *signos de papel* ganham cores, texturas, aromas, densidades, e uma *série de dimensões* que já não mais podiam ser contidas nos limites designados pelo estruturalismo. *O signo ganha vida!* A semiótica amplia-se; confronta-se; vela-se; revela-se. Peirce começa a ser relido. Novas problemáticas aderem-se ao campo semiótico. O potencial de análise do signo verbal é acrescido de elementos não-verbais. Passamos do estruturalismo a uma nova perspectiva: para alguns autores, pós-estruturalismo; para outros, neo-estruturalismo, conforme Nöth (1999). A proposta de estudo de uma semiótica da cultura começa a ser esboçada. A partir dos anos 80, a *Sociedade do espetáculo*, projetada por Guy Debord desde 1967, quando vagava pelas ruas de Paris, acompanhado de várias garrafas de seu precioso *Beaujaulais*, começa a atingir seu “apogeu”, ou aquilo que, para a época, seria percebido como o *domínio da imagem*, do néon, e dos luminosos comerciais da Coca-Cola. Tempos difíceis: muitos intelectuais não suportaram a transformação radical da sociedade e preferiram partir.

Desde os anos 60, nos Estados Unidos, Thomas Sebeok vinha tentando fazer a passagem de uma semiótica textual para uma semiótica da comunicação em geral, da comunicação verbal à comunicação não-verbal humana, e, para além da comunicação humana, a comunicação animal que, sob o nome de zoosemiótica, constituiu-se em uma das maiores contribuições de Sebeok para a expansão do campo semiótico. Inclusive, Sebeok vai mais longe ao afirmar que o processo semiótico começa nas origens da vida: ou seja, semiótica e biologia teriam o mesmo *objeto de estudo*, ainda que sob diferentes perspectivas.

No intervalo de diferentes problemáticas surgem os processos semióticos em microorganismos e células, incluindo aqueles que se desenvolvem dentro do corpo humano. Interdisciplinar por “definição”, ou por “opção”, a semiótica prestar-se-ia a (quase) tudo: serviria para analisar múltiplos fenômenos, uma vez que, desde Peirce, “tudo” é signo, e o

homem, e todos os seus processos internos e externos, são compostos por signos. Como infinita é a variedade de signos, a semiótica se dispersa; se fragmenta; se generaliza. Desde os mais diversos fenômenos que envolvem signos, todos estão sob o estudo da semiótica. Nessa mesma perspectiva, a semiótica passa do orgânico ao virtual-digital, uma vez que computadores e sistemas de controle, como aquelas câmaras colocadas em locais públicos para “evitar” assaltos, também são *sistemas organizados*, não de seres vivos, mas “criados” por seres vivos, e, portanto, sígnicos.

Mas, afinal, do que estamos falando? De alguma panacéia de especulações ou de um instrumento de análise? De um aglomerado de interpretações que se presta a múltiplas discussões ou de uma *teoria*, no sentido pleno do termo? Quantos desafios ainda haverá de enfrentar? Não podemos deixar de reconhecer que inúmeras são as controvérsias: entre autores, Escolas, pesquisadores, campos e congressos que tratam do tema; entretanto, há de haver, como diria Eco (2000) ao se referir à multiplicidade de interpretações que um texto pode comportar, aquelas que são aceitáveis e aquelas que são, enfim, questionáveis. Fato é que o alargamento do “campo” teve como contraponto a expansão/aglutinação de novos conceitos. Os avanços anteriores foram sendo reformulados, haja vista a aplicação dos estudos peirceanos à cognição, às pesquisas em computadores e à inteligência artificial.

Como se percebe, o viés de análise semiótico, ao ampliar-se, parece, enfraquece seus objetos de estudo. Com isso, não estamos, de forma alguma, diminuindo o mérito das contribuições de Peirce e de sua possibilidade de diálogo científico com as investigações de ponta nos campos emergentes e desafiantes da ciência contemporânea, mas qual o limite destinado à análise semiótica? Muitas vezes algumas discriminações positivistas ainda são necessárias à Ciência e ao conhecimento em geral. Certamente, tais reflexões requerem grau maior de investigação do que, neste momento, preferimos nos afastar.

### 3 LIMIARES SEMIÓTICOS: DAS CONVENÇÕES E SUAS TRANSITORIEDADES

Preocupado em desenvolver “esforço obstinado de entender os mecanismos através dos quais nós damos significação ao mundo à nossa volta” (Nöth, 1999, p.167), Eco (1976) define Semiótica como um programa de pesquisa que estuda todos os processos culturais como *processos de comunicação*. Nessa proposta, a cultura pode (e deve!) ser estudada a partir de perspectiva semiótica, mas, segundo ele, as entidades culturais podem também ser consideradas de pontos de vista não-semióticos, uma vez que um carro pode ser um signo indicando *status* social, ou, se for tomado em nível físico ou mecânico, pode significar simplesmente um carro, e, portanto, desprovido de *função comunicativa*; níveis que não são do interesse semiótico (Nöth, 1999, p. 169).



A Semiótica se preocupa com tudo o que pode ser tomado como signo. Um signo é tudo aquilo que pode ser tomado como substituindo significativamente outra coisa. Esta outra coisa não precisa necessariamente existir ou estar realmente em algum lugar no momento em que um signo o representa. Assim, a Semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo o que pode ser usado com o objetivo de mentir (Eco, *apud* Nöth, 1999, p. 169).

Nesses termos, e articulando o nível cultural com o comunicacional e com o nível do “mentiroso”, teríamos três tipos de critérios de análise. Para o critério cultural, uma semiótica que estuda os signos da natureza, e, portanto, natural, perderia o sentido, uma vez que a cultura estaria presente inclusive e principalmente na instância natural. Essencialmente intencional, a *mentira* trataria das mensagens intencionais que possuam o “dom de iludir”, no sentido dado pela cantora Gal Costa, intérprete de Caetano Veloso, à música “Homônima”. Em nível comunicacional, esfera fascinante para Eco, uma mensagem qualquer precisa ser convencionalizada em determinado código, o que implica certa convenção entre emissores e receptores de dada cultura. Discordando um pouco desses posicionamentos, para Nöth,

[...] no final do século XX, tem se estendido [o campo semiótico] a várias das áreas que Eco desejou excluir em sua teoria: há uma semiótica biológica e evolutiva, que estuda as mensagens ainda não-intencionais, há uma semiótica do inconsciente, além do mentiroso e do verdadeiro, e há uma semiótica natural que não só estuda o comunicativo, as mensagens entre emissores e receptores, mas também os signos meramente significativos da natureza, que não provem de um destinador biológico de uma mensagem. Embora Eco, em sua teoria, tenha continuado fiel aos seus critérios restritivos da semiótica, o esboço que fornece da totalidade do campo semiótico apresenta-se bem mais extenso (Nöth, 1999, p.169).

Críticas à parte, a semiótica de Umberto Eco é uma *semiótica da cultura*, uma vez que sua teoria dos códigos está fundamentada em determinada convenção cultural. A semiótica, nessa proposta, transforma-se no *estudo sígnico* da cultura. Enquanto fenômenos da cultura, arquitetura, música, cinema, artes em geral e toda uma infinidade de fenômenos culturais produzidos pelo homem e colocados em circulação pelos Meios de Comunicação de Massa são todos, e sem exceção, fenômenos culturais.

Sob outro ponto de vista, uma das grandes contribuições teóricas ao estudo da cultura origina-se com a Escola de Tártu-Moscou e seu estudo sobre a *Semiosfera*, que considera o universo semiótico como um conjunto de diferentes textos e linguagens da cultura que se inter-relacionam uns com os outros. A noção de *Semiosfera* surge a partir das reflexões teóricas formuladas pelo semioticista russo Iuri Mikhailovich Lotman (1922 – 1993) para designar o estudo das relações entre os diversos sistemas de signos compartilhados e/ou em permanente interação, que coabitam a multiplicidade dos espaços culturais. A origem do campo teórico formulado pelo autor se insere na tradição semiótica russa surgida no começo do século XX, primeiramente em obras isoladas e posteriormente levada a cabo com a organização de seminários de verão realizados na Universidade de Tártu, na Estônia, a partir dos anos 50.

Nesse sentido, a noção de Semiosfera engloba tanto o ato sógnico particular quanto a totalidade do processo semiótico. Tais articulações desenvolveriam diferentes mediações, seja entre as “partes” envolvidas no processo; seja dessas “partes” com o complexo conjunto representado pela Semiosfera. Esse *continuum* de significações origina-se dos encontros e desencontros desse complexo sistema de sistemas de signos inserido em determinados espaços culturais em que os diferentes elementos constituintes da cultura, na totalidade de suas manifestações ou expressões, interagem, harmonizam e/ou colidem entre si. Desse ponto de vista, a cultura, enquanto sistema semiótico por excelência, representa e dá sustentação aos conjuntos de elementos que a compõem, transformando-se em um complexo ambiente que possibilita a realização, expansão e expressão dos processos comunicacionais representados pelos conjuntos de textos e linguagens que adquirem, promovem, armazenam, transmitem e divulgam todo um referencial de informações dos elementos que fazem parte desta referida cultura.

A questão geral que norteia a reflexão apresentada pela Semiosfera é justamente a de procurar perceber não só as relações entre sistemas sógnicos, mas principalmente a imprevisibilidade de tais conexões, que podem aproximá-los ou distanciá-los, bem como suas transformações, suas interferências, seus hibridismos, inseridos, sempre, em um dado espaço cultural. Nessa perspectiva, os sistemas sógnicos referidos pela Semiosfera não dizem respeito a uma “estrutura” de regras combinatórias lineares, predefinidas e “fechadas” em determinados códigos ou procedimentos, mas sim a todo um “complexo” vivo, relacional e permeável e possuidor de uma organização interna que se vale dos conjuntos de signos, não necessariamente lingüísticos, como meio de expressão e/ou comunicação de determinada cultura. Tal concepção sobre as relações/interações sógnicas remete a uma alteração profunda do modo como a própria semiótica (re)pensa seu campo teórico.

Desse modo, sob o olhar analítico de Umberto Eco, o chamado “campo semiótico” está separado de um mundo dito “não-semiótico” por duas espécies de fronteiras entendidas como “naturais”, que ele discute sob os títulos de *limiar inferior* e *limiar superior* da semiótica, além dos quais os tópicos de pesquisa pertencem a outras áreas que não a semiótica.

Assim, o limiar inferior da semiótica é ‘aquilo que separa os signos das coisas, e os signos artificiais de signos naturais’. Estímulos fisiológicos, os ‘códigos’ neurológicos e genéticos encontram-se debaixo deste limiar porque tais fenômenos não se baseiam em convenções sociais. Mas este limiar também não é um limite muito estreito para Eco. Zoossemiótica, a semiótica da comunicação animal, é incluída no campo semiótico de Eco, na medida em que a comunicação animal demonstre ‘que até no nível animal há padrões de significação que podem até um certo ponto ser considerados como culturais e sociais’ (Eco apud Nöth, 1999, p. 175).

O *limiar inferior* representa, nessa proposta, a linha divisória entre o mundo semiótico e o “pré-semiótico”, separando a *natureza* da *cultura*. Uma vez que sua teoria é, prodigamente, uma semiótica da cultura e dos signos que pressupõem convenções sociais, os processos no domínio do biológico e da natureza física seriam, por definição, excluídos da

semiótica. Via de regra, o campo semiótico seria constituído apenas de signos baseados em *códigos* e *convenções*, enquanto que os estímulos, sinais e informação física estariam abaixo do limiar semiótico em que "fenômenos semióticos surgem de algo não-semiótico", conforme colocado pelo autor.

Por outro lado, o limiar semiótico *superior* de Eco é a linha divisória entre o ponto de vista semiótico do mundo e várias outras perspectivas não-semióticas do mundo. Mesmo dentro do domínio da cultura, que se inter-relaciona com o campo semiótico, nós não estamos sempre confrontados exclusivamente com fenômenos sígnicos, de acordo com Eco. Objetos de cultura, por exemplo, não são apenas signos. Eles são também objetos físicos construídos de acordo com leis mecânicas; eles têm valor econômico e podem ter função social, conforme coloca Nöth (1999).

Mesmo encontrando-se "abaixo" do *limiar da semiótica*, a sintomatologia, entendida como a interpretação de sintomas médicos, insere-se no domínio da semiótica, uma vez que tais sistemas são codificados e legitimados pela *tradição* médica. Temos então a transformação de fenômenos não-semióticos em semióticos, uma vez que estamos envolvidos, novamente, com as artes da interpretação, da convenção e da codificação. Desse modo,

[...] o primeiro médico que descobriu uma espécie de relação entre uma disposição de manchas vermelhas na face do paciente e uma dada doença, tal como o sarampo, fez uma inferência não-semiótica; mas, na medida em que esta relação se tornou convencional, e tem sido registrada como tal em tratados médicos, uma convenção semiótica se estabeleceu. Há um signo sempre que um grupo humano decide usar e reconhecer alguma coisa como veículo de uma outra coisa (Eco apud Nöth, 1999, p. 176).

Segundo Nöth (1999, p.177), Eco pode sustentar a tese de que a interpretação científica do mundo pelos físicos ou químicos é semiótica, na medida em que se constitui interpretação cultural. Tal proposta explicaria as mudanças nas convenções científicas para a explicação dos fenômenos do mundo físico, nos quais um relâmpago era interpretado como manifestação sobrenatural e atualmente não passa de fenômeno meteorológico de descargas elétricas. Nesse viés, *um* código substituiu o *outro*. O aspecto essencial de toda essa discussão é que a codificação é que representa o aspecto semiótico na interpretação do mundo.

Tais discussões se tornam pertinentes porque situam a proposta semiótica de Umberto Eco em *caminho intermediário* entre uma preocupação lingüística e a sua expansão para outras áreas também compreendidas pela cultura. Insistindo na convenção cultural e social como critério para os signos, Eco se preocupa em estudar as múltiplas formas da cultura e do fazer cultural, fenômenos comunicacionais por excelência. Temos, então, juntamente com os fenômenos da comunicação, co-ocorrência de fenômenos da significação, o que pressupõe o estudo do signo tendo o ser humano como seu destino. Comunicação e significação, nestes termos, são modalidades interpretativas inseparáveis.

Como se percebe, de uma preocupação inicial com o estudo da cultura à proliferação dos diferentes produtos midiáticos, as reflexões suscitadas por uma semiótica da cultura localizam-se na problematização do *ethos comunicacional*, entendido, cada vez mais, como *espaço sógnico* complexo em que os sistemas significantes, além de interagirem entre si, passam a compor/estruturar o espaço social e cultural circundante, essencialmente poroso em sua construção coletiva. Enquanto *corpus* analítico, as discussões teóricas levantadas por Umberto Eco podem indicar que, em todo e qualquer processo comunicacional, mediatizado ou não, faz-se presente o movimento de tais interações, sejam elas mais ou menos visíveis. Em outras palavras, toda infinidade de expressões por nós produzidas e colocadas em circulação pelos Meios de Comunicação de Massa é, sem exceção, fenômeno sógnico que se localiza no *espaço comunicacional densamente povoado de signos* com o qual nos deparamos cotidianamente. Ao procurar compreender o signo, Umberto Eco contempla o estudo da cultura, *codificada* por signos, em que a semiótica "está voltada para tudo o que pode ser tomado como um signo", sob a base de determinada convencionalidade, em permanente transformação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.

\_\_\_\_\_. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **O prazer do texto**. São Paulo: Cultrix, 1972.

\_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e superinterpretação.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lector in fabula.** São Paulo: Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_\_. **O conceito de texto.** São Paulo: EDUSP, 1984.

\_\_\_\_\_. **O signo de três.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

\_\_\_\_\_. **Obra aberta.** São Paulo: Perspectiva, 1968.

\_\_\_\_\_. **Os limites da interpretação.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Seis passeios pelos bosques da ficção.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Semiótica e filosofia da linguagem.** São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Tratado geral de semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX.** São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce.** São Paulo: Annablume, 1998.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** São Paulo: Cultrix, 1999.

